

<i>Nota à 21ª edição</i>	7
PARTE I — INTRODUÇÃO	27
Capítulo I — O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	
<i>I — As funções do Estado</i>	29
<i>II — Os critérios de distinção das funções do Estado</i>	30
<i>III — A função política ou de governo</i>	36
<i>IV — O Direito Administrativo</i>	37
<i>V — Origem do Direito Administrativo</i>	38
<i>VI — As bases ideológicas do Direito Administrativo</i>	42
<i>VII — O regime jurídico-administrativo</i>	51
<i>VIII — Conceito jurídico de interesse público</i>	57
<i>Direito subjetivo público, 59; Interesses primários e secundários do Estado, 62</i>	
<i>IX — Conteúdo do regime jurídico-administrativo</i>	66
<i>a) Supremacia do interesse público sobre o privado, 66;</i>	
<i>b) Indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos, 70</i>	
<i>X — Valor metodológico da noção de regime administrativo</i> ...	83
Capítulo II — PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	
<i>I — Princípios expressos e implícitos</i>	92
<i>1ª) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 93; 2ª) Princípio da legalidade, 96; 3ª) Princípio da finalidade, 103; 4ª) Princípio da razoabilidade, 105; 5ª) Princípio da proporcionalidade, 107; 6ª) Princípio da motivação, 108; 7ª) Princípio da impessoalidade, 110; 8ª) Princípio da publicidade, 110; 9ª) Princípios</i>	

do devido processo legal e da ampla defesa, 111; 10ª) Princípio da moralidade administrativa, 115; 11ª) Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 116; 12ª) Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos, 116; 13ª) Princípio da eficiência, 117; 14ª) Princípio da segurança jurídica, 118

- II** — **Restrições excepcionais ao princípio da legalidade**
a) Medidas provisórias, 121; b) Estado de defesa, 129; c) Estado de sítio, 130

PARTE II — OS SUJEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

133

Capítulo III — A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- I** — **Os órgãos e as competências públicas** 135
Órgãos públicos, 136; Classificação dos órgãos, 137; Competências públicas, 138 (Conceito de competência, 140)
- II** — **Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia** 142
- III** — **Centralização e descentralização administrativa** 145
Desconcentração, 146; A hierarquia e os poderes do hierarca, 146; Distinção entre descentralização e desconcentração, 147; O controle, 147
- IV** — **Organização administrativa da União: Administração direta e indireta** 148
Administração direta da União, 149; Critério classificador do Decreto-lei 200, 150

Capítulo IV — FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS

153

- I** — **Autarquias**
Conceito, 153; Regime jurídico, 154 (a) Relações com a pessoa que as criou, 155; b) Relações com terceiros, 158; c) Relações internas, 160); Autarquias especiais ou sob regime especial, 162; Agências reguladoras, 162; Agências executivas, 174
- II** — **Fundações públicas**
Conceito legal: impropriedade, 176; Natureza das fundações públicas, 178

III	— <i>Empresas públicas e sociedades de economia mista</i> <i>Conceito de empresa pública, 179 (Conceito legal: impropriedade, 179); Conceito de sociedade de economia mista, 183 (Conceito legal: impropriedade, 184); As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 185; Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: conseqüências, 186; Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 189; Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 191; Empresas estatais e concessão de serviço público, 192; A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais, 193; O regime jurídico das empresas estatais, 196 (a) Relações com a pessoa que as criou, 196; b) Relações com terceiros, 200; c) Relações internas, 211)</i>	
IV	— <i>Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa</i>	214
	<i>Contrato de gestão, 215; Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta, 217 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 222; Contrato entre órgãos?, 224); Contratos de gestão entre o Estado e as “organizações sociais”, 226; Organizações sociais, 226; Organizações da sociedade civil de interesse público, 232</i>	
Capítulo V — SERVIDORES PÚBLICOS		
I	— <i>Agentes públicos</i>	234
II	— <i>Classificação dos agentes públicos</i>	237
	<i>a) Agentes políticos, 237; b) Servidores estatais, 238 (Servidores públicos: conceito e espécies, 239; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 240); c) Particulares em colaboração com a Administração, 240</i>	
III	— <i>Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos</i>	241
	<i>a) Cargos públicos, 241; b) Funções públicas, 242; c) Empregos públicos, 242</i>	
IV	— <i>Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público</i>	243
V	— <i>Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais</i>	244
VI	— <i>Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo</i>	245

- VII** — **Objeto das normas constitucionais sobre pessoal** 251
- VIII** — **Normas de contenção de despesas com os servidores estatais**
- a) Limite global de despesas com pessoal, 252; b) Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações, 256; c) Proibição à União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal, 257
- IX** — **Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos**
- a) Criação de remuneração por subsídios, 257; b) Limite de remuneração, 259; c) Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário, 263; d) Proibição de vinculação de vencimentos, 263; e) Cálculo de acréscimos pecuniários, 263; f) Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos, 263; g) Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração, 264
- X** — **Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)** ... 265
- a) Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público, 265 (Admissão e dispensa nas estatais, 268); b) Contratação excepcional sem concurso, 270; c) Direito de greve e de sindicalização, 271; d) Proibição de acumulação remunerada, 271; e) Sanção por improbidade administrativa, 273
- XI** — **Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos** 273
- a) Irredutibilidade de vencimentos, 273; b) Alguns direitos equivalentes aos dos empregados, 273; c) Estabilidade, 274; d) Disponibilidade, 275; e) Aposentadoria e proventos, 276; f) Requisitos para aposentadoria e correspondentes proventos, 277; g) Forma de cálculo dos proventos de aposentadoria e das pensões, 278; h) Tratamentos específicos em atenção a situações transitórias, 280; i) Contribuição previdenciária, 283; j) Atualização de proventos e pensões, 286
- XII** — **Os cargos públicos** 288
- a) Criação e extinção. Declaração de desnecessidade, 288; b) Classificação dos cargos, 288 (Cargos em comissão, 289; Cargos de provimento efetivo, 289; Cargos vitalícios, 290); c) Lotação dos cargos e “redistribuição”, 291

XIII	— <i>O provimento em cargo público: conceito e formas</i>	291
	<i>a) Provimento autônomo ou originário</i> (Nomeação, 292; Posse, 292); <i>b) Provimentos derivados</i> , 293 (Provimento derivado vertical (promoção), 293; Provimento derivado horizontal (readaptação), 294; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 294)	
XIV	— <i>Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários</i>	295
	<i>a) Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor</i> , 295 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 296; Direitos de ausência ao serviço, 297; Aposentadoria, 303); <i>b) Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor</i> , 303	
XV	— <i>Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários</i>	305
	<i>Prescrição</i> , 308	
XVI	— <i>Sindicância e processo administrativo</i>	308
XVII	— <i>Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores</i>	312

PARTE III — AS VIAS TÉCNICO-JURÍDICAS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA

319

Capítulo VI — O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO

I	— <i>Introdução</i>	321
II	— <i>Espécies de regulamento no Direito europeu</i>	323
III	— <i>O regulamento previsto no art. 84, VI, da Constituição Brasileira</i>	324
IV	— <i>Conceito de regulamento no Direito brasileiro</i>	325
V	— <i>Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro</i>	326
VI	— <i>O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil</i>	326
VII	— <i>Finalidade e natureza da competência regulamentar</i>	333
VIII	— <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada</i>	336
IX	— <i>O objeto da competência regulamentar</i>	342
X	— <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i>	348
XI	— <i>Resoluções, instruções e portarias</i>	351

Capítulo VII — ATOS ADMINISTRATIVOS

I	— Considerações introdutórias	
	<i>a) Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos, 353; b) O problema da conceituação do ato administrativo, 357; c) Os conceitos jurídicos, 358; d) Historicidade dos conceitos jurídicos, 360; e) Funcionalidade e não “verdade” dos conceitos, 361; f) Critério básico para conceituação do ato administrativo, 364</i>	
II	— Atos da Administração e atos administrativos	364
III	— Conceito de ato administrativo	366
IV	— Perfeição, validade e eficácia	368
V	— Requisitos do ato administrativo	370
VI	— Elementos do ato	
	<i>Conteúdo, 374; Forma, 375</i>	
VII	— Pressupostos do ato	
	<i>1) Pressupostos de existência, 375; 2) Pressupostos de validade: A) Sujeito (pressuposto subjetivo), 377; B) Motivo (pressuposto objetivo), 377 (Motivo do ato e motivo legal, 378; Motivo e móvel, 379; O papel da vontade no ato administrativo, 379; Motivo e motivação, 380; O dever de motivar e as conseqüências de sua violação, 381; Teoria dos motivos determinantes, 384); C) Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo), 384; D) Finalidade (pressuposto teleológico), 385 (Teoria do desvio de poder, 386); E) Causa (pressuposto lógico), 388; F) Formalização (pressuposto formalístico), 391</i>	
VIII	— O silêncio no Direito Administrativo	393
IX	— Atributos dos atos administrativos	397
	<i>Casos em que cabe executoriedade, 401; Defesas contra a executoriedade, 402</i>	
X	— Classificação dos atos administrativos	402
	<i>a) Quanto à natureza da atividade, 402; b) Quanto à estrutura do ato, 403; c) Quanto aos destinatários do ato, 404; d) Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática, 404; e) Quanto à função da vontade administrativa, 404; f) Quanto aos efeitos, 405; g) Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados, 405; h) Quanto à situação de terceiros, 407; i) Quanto à composição da vontade produtora do ato, 407; j) Quanto à formação do ato, 407; l) Quanto à natureza das situações jurídicas que criam, 408; m) Quanto à posição jurídica da Administração, 408</i>	

XI	— Vinculação e discricionariedade	409
XII	— Atos administrativos “in specie” <i>Em função do conteúdo, 417; Como formas de manifestação de outros atos, 419</i>	
XIII	— Procedimento (ou processo) administrativo	421
XIV	— Panorama da extinção dos atos administrativos	423
XV	— Revogação <i>Conceito, 427; Sujeito ativo da revogação, 428; Objeto da revogação, 429; Fundamento da revogação, 431; Motivos da revogação, 431; Efeitos da revogação, 432; Natureza do ato revogador, 433; Limites ao poder de revogar, 433; Revogação e indenização, 435</i>	
XVI	— Coisa julgada administrativa	436
XVII	— Invalidade dos atos administrativos	438
	<i>Sujeitos ativos da invalidação, 439; Objeto da invalidação, 440; Fundamento da invalidação, 441; Motivo da invalidação, 441; Forma da invalidação, 441; Efeitos da invalidação, 443; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 444; Atos irregulares, 447; Comentários às diferentes teorias, 448; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 449; Convalidação, 450; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 452; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 455; Regime dos atos inválidos; 455; Invalidação e dever de indenizar, 457; Direito de resistência contra atos inválidos, 458</i>	
XVIII	— Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação	460
XIX	— Diferenças entre revogação e invalidação	462

Capítulo VIII — O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO

I	— Conceito de procedimento administrativo	463
	<i>Procedimento e ato complexo, 469</i>	
II	— Requisitos do procedimento	470
III	— Importância do procedimento administrativo. <i>Atualidade do tema</i>	471
IV	— Objetivos do processo ou procedimento	474
V	— Espécies de procedimento	475
VI	— Fases do processo ou procedimento	477
VII	— Princípios do procedimento	478
VIII	— Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo	482

IX	— Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado	487
X	— O processo (ou procedimento) na legislação federal	488
	Âmbito de abrangência, 489; Competência, 489; Princípios do processo e garantias do administrado, 490; Sequência processual, 495; Prazos processuais, 498; Revogação, anulação e convalidação, 499	

Capítulo IX — LICITAÇÃO

I	— Conceito e finalidades	501
II	— A legislação sobre licitação	504
	Normas gerais de licitação e contratos, 508	
III	— Os princípios da licitação	509
IV	— Quem está obrigado a licitar	512
V	— Os pressupostos da licitação	514
VI	— O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação	515
	Bens singulares, 516; Serviços singulares, 517; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 517; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 518; Inexigibilidade de licitação, 522; Serviços técnicos de natureza singular, 524; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 527; Licitação proibida, 527	
VII	— Modalidades da licitação	528
	Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 534; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 535; Pregão e consulta, 536 (Procedimento do pregão, 537); Registros cadastrais, 541; O registro de preços, 542; Comissões de licitação, 543; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 544; Alienação de bens, 545; Licitações internas e licitações internacionais, 546	
VIII	— Etapas interna e externa da licitação	547
	Requisitos para instauração de licitação, 547; Vedações nas licitações, 548	
IX	— Fases da licitação	549
	Exame dos afluentes à licitação, 549; Exame das propostas, 550; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 551; Esquema analítico das fases, 552; Sequência procedimental da concorrência, 552	
X	— O edital	555
	Vícios do edital, 558	

XI	— A habilitação	559
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 564; Consórcios, 565; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 566; Comparcimento de um único licitante, 566; Pré-qualificação, 566; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 567; Efeito jurídico da habilitação, 567; Vícios da habilitação, 568</i>	
XII	— O julgamento	569
	<i>Requisitos das propostas, 570; Objetividade do julgamento, 573; Classificação, 573; Desempate entre as propostas, 573; Os “tipos” de licitação, 573; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 576; Classificação de uma só proposta, 576; Vícios da classificação, 577; Efeito jurídico da classificação, 578</i>	
XIII	— Homologação e adjudicação	578
XIV	— Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior	579
XV	— Recursos administrativos	579
XVI	— O procedimento licitatório e suas conseqüências	580
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 581; Revogação da licitação, 581; Anulação da licitação, 582</i>	
XVII	— Crimes	584
XVIII	— Licitação e mandado de segurança	585
 Capítulo X — O CONTRATO ADMINISTRATIVO		
I	— Introdução	586
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 587</i>	
II	— O contrato administrativo no Direito francês	588
III	— O contrato administrativo na doutrina brasileira	590
IV	— Conceito de contrato administrativo	592
V	— Características do chamado “contrato administrativo”	594
	<i>A lógica do contrato administrativo, 595</i>	
VI	— O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro	596
	<i>Alteração unilateral do contrato, 598; Alteração bilateral do contrato, 599; Extinção unilateral do contrato, 600; Outras hipóteses de extinção, 600; A “exceptio non adimpleti contractus”, 601; Prazo e prorrogação dos contratos, 601; Formalidades do contrato administrativo, 603; Eficácia dos contratos administrativos, 604; Os pagamentos devidos ao contratado; correção monetária; rea-</i>	

juste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas), 604; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 611

VII	— Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo	612
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e Direito Positivo brasileiro, 615; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 620</i>	
VIII	— A cláusula “rebus sic stantibus”	621
IX	— A teoria da imprevisão	622
X	— As cláusulas de reajustes de preços	625
XI	— Os reajustes e os índices oficiais	627
XII	— Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou “inexistentes”	630
XIII	— Os quase-contratos e o enriquecimento sem causa	631
XIV	— Convênios e consórcios	635

PARTE IV — AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Capítulo XI — SERVIÇO PÚBLICO E OBRA PÚBLICA

I	— Conceito de serviço público	641
	<i>a) Substrato material da noção de serviço público, 645; b) Elemento formal caracterizador do serviço público: seu regime jurídico, 647; Princípios do serviço público, 647</i>	
II	— Titularidade do serviço e titularidade da prestação	651
III	— Serviços públicos e outras atividades estatais	652
	<i>Serviço público e obra pública, 653; Serviço público e poder de polícia, 653; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 655</i>	
IV	— Serviços públicos por determinação constitucional	656
V	— Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil	659
	<i>a) Serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, 659; b) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder, 659; c) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade, 660; d) Serviços que o Estado não é obrigado a prestar, mas, não os prestando, terá de promover-lhes a prestação, mediante concessão ou permissão, 660</i>	
VI	— Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição	660

VII	— <i>Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público</i>	661
VIII	— <i>Serviços públicos e serviços governamentais</i>	663
IX	— <i>Obra pública</i> <i>Conceito, 666; Modalidades de execução indireta, 667; Obra de grande vulto, 668; Obra de imenso vulto, 668; Garantia de execução, 669; Fiscalização da obra, 669; Recebimento da obra, 670; Responsabilidade pela obra, 670</i>	
 Capítulo XII — CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS		
I	— <i>Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais</i>	672
	<i>A exploração do serviço como forma de remuneração, 673; Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la, 674; Impropriedade das definições legais, 677; Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos, 681; Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas conseqüências, 682</i>	
II	— <i>Forma e condições da outorga do serviço em concessão</i>	684
	<i>Licitação das concessões, 686; O "contrato" de concessão, 691; Transferência da concessão — Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão, 691; Direitos emergentes da concessão como garantias de financiamento, 693</i>	
III	— <i>O prazo nas concessões e sua prorrogação</i>	694
IV	— <i>Os poderes do concedente</i>	696
V	— <i>Os direitos do concessionário</i>	701
	<i>Remuneração do concessionário, 702</i>	
VI	— <i>As tarifas</i>	702
	<i>As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 705; O equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 706</i>	
VII	— <i>Os direitos dos usuários</i>	711
VIII	— <i>Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos</i>	712
IX	— <i>A reversão dos bens</i>	717

X	— <i>Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão</i>	719
XI	— <i>Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço</i>	720
XII	— <i>Permissão de serviço público</i>	723
XIII	— <i>Situações transitórias na lei de concessões</i>	734
XIV	— <i>A parceria público-privada (PPP)</i>	735
	<i>Valor, prazo e objeto das parcerias público-privadas, 736; Modalidades, 737; Concessão administrativa: a falsa concessão, 739; Benefícios aos contratados nas parcerias público-privadas: vantagens e garantias, 740; Garantias ofertáveis ao financiador do parceiro privado, 741; O contrato de parceria: gestão por sociedade de propósito específico, 742; O contrato de parceria: liberação de pagamentos ao parceiro privado, 742; O contrato de parceria: diretrizes e cláusulas contratuais, 742; Repartição de riscos. Garantias exigidas do parceiro privado. Repartição de ganhos, 744; Licitação nas parcerias público-privadas, 745; Disposições aplicáveis apenas à União, 746; Inconstitucionalidades da lei das parcerias público-privadas, 747 (Vinculação de receitas, 747; Fundos especiais, 748; Empresa estatal garantidora, 750; Mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive arbitragem, 751; Assunção, por financiador, do controle da sociedade de propósitos específicos, 751)</i>	

Capítulo XIII — **INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E NO DOMÍNIO SOCIAL**

I	— <i>Introdução</i>	753
II	— <i>Intervenção do Estado no domínio econômico</i> <i>Conceito de atividade econômica em nossa Constituição, 756; Liberdade de iniciativa, 757; Atividades privadas sob regime especial, 762; Função social da propriedade, 762; Livre concorrência e repressão ao abuso do poder econômico, 764; CADE: organização e funções, 764; Secretaria de Direito Econômico — SDE, 766; Infrações à ordem econômica, 766; Sanções por infrações à ordem econômica, 768; Acordo de leniência, 769; Defesa do consumidor, 770; Monopólio, 773</i>	
III	— <i>Intervenção do Estado no domínio social</i>	773

Capítulo XIV — *PODER DE POLÍCIA*

<i>I</i>	— <i>Introdução</i>	776
<i>II</i>	— <i>Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia</i>	780
<i>III</i>	— <i>Fundamento da polícia administrativa</i>	781
<i>IV</i>	— <i>Supremacia geral e supremacia especial</i>	782
<i>V</i>	— <i>Essência do poder de polícia</i>	787
	<i>Traços característicos, 789</i>	
<i>VI</i>	— <i>Polícia administrativa e polícia judiciária</i>	791
<i>VII</i>	— <i>Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa</i>	793
<i>VIII</i>	— <i>O poder de polícia é discricionário?</i>	794
<i>IX</i>	— <i>Definição de polícia administrativa</i>	795
<i>X</i>	— <i>Polícia geral e polícia especial</i>	795
<i>XI</i>	— <i>Delegação de atos de polícia administrativa</i>	797
<i>XII</i>	— <i>Executoriedade das medidas de polícia administrativa</i> ..	799
<i>XIII</i>	— <i>Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração</i>	801
<i>XIV</i>	— <i>Setores da polícia administrativa</i>	802
<i>XV</i>	— <i>Polícia administrativa da União, Estados e Municípios</i> ...	802

Capítulo XV — *INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS*

<i>I</i>	— <i>Conceito</i>	805
<i>II</i>	— <i>Finalidades</i>	806
<i>III</i>	— <i>Sujeito infrator e sujeito responsável subsidiário</i>	807
<i>IV</i>	— <i>“Excludentes” da infração ou da sanção</i>	808
<i>V</i>	— <i>Princípios</i>	808
	<i>a) Princípio da legalidade, 808; b) Princípio da anterioridade, 810; c) Princípio da tipicidade, 810; d) Princípio da exigência de voluntariedade para incursão na infração, 813; e) Princípio da proporcionalidade, 814; f) Princípio do devido processo legal, 815; g) Princípio da motivação, 816</i>	
<i>VI</i>	— <i>Providências acautelatórias</i>	817
<i>VII</i>	— <i>Classificações das sanções</i>	818
<i>VIII</i>	— <i>Multas</i>	818
<i>IX</i>	— <i>Dever de sancionar</i>	819

Capítulo XVI — **DESAPROPRIAÇÃO**

I	— <i>Conceito</i>	821
II	— <i>Fundamentos da desapropriação</i>	826
III	— <i>Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade</i>	827
IV	— <i>Requisitos da desapropriação</i>	828
V	— <i>Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação</i>	830
VI	— <i>Objeto da desapropriação</i>	831
VII	— <i>Beneficiários da desapropriação</i>	833
VIII	— <i>Fases do procedimento expropriatório</i>	833
IX	— <i>A declaração de utilidade pública</i>	834
X	— <i>A imissão provisória de posse</i>	837
XI	— <i>A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados</i>	840
XII	— <i>Momento em que se consuma a desapropriação</i>	844
XIII	— <i>Desapropriação por zona</i>	844
XIV	— <i>Desapropriação indireta</i>	845
XV	— <i>Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação</i>	846
XVI	— <i>Retrocessão e direito de preferência violado</i>	847
XVII	— <i>Requisição</i>	860
XVIII	— <i>Servidão administrativa</i>	862

Capítulo XVII — **GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS**

I	— <i>Conceito</i>	866
II	— <i>Os bens com relação à sua destinação</i>	867
III	— <i>Afetação e desafetação dos bens públicos</i>	868
IV	— <i>Regime jurídico dos bens públicos</i>	868
V	— <i>Os bens quanto à sua natureza física</i>	870
	<i>a) Bens do domínio hídrico, 871; b) Bens do domínio terrestre, 872 (Domínio do solo, 872; Domínio do subsolo, 872)</i>	
VI	— <i>Formas de aquisição e alienação de bens públicos</i>	877
VII	— <i>Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados</i>	878
	<i>a) Utilização dos bens de uso comum, 878; b) Utilização dos bens de uso especial, 882; c) Utilização dos bens dominicais, 883</i>	

PARTE V — O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO	889
Capítulo XVIII — PANORAMA DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
I — Controle interno e externo	891
a) Controle interno, 893; b) Controle externo, 894	
II — Controle parlamentar direto	894
a) Sustação de atos e contratos do Executivo, 894; b) Convocação de Ministros e requerimentos de informações; recebimento de petições, queixas e representações dos administrados e convocação de qualquer autoridade ou pessoa para depor, 894; c) Comissões Parlamentares de Inquérito, 895; d) Autorizações ou aprovações do Congresso necessárias para atos concretos do Executivo, 895; e) Poderes controladores privativos do Senado, 896; f) Julgamento das contas do Executivo, 896; g) Suspensão e destituição (“impeachment”) do Presidente ou de Ministros, 897	
III — Controle pelo Tribunal de Contas	897
a) Compostura e composição do Tribunal de Contas, 897; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 898; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 899	
IV — Controle jurisdicional (panorama)	900
a) “Habeas corpus”, 907; b) Mandado de segurança, 909; c) “Habeas data”, 909; d) Mandado de injunção, 909; e) Ação popular, 910; f) Ação civil pública, 910; g) Ação direta de inconstitucionalidade, 910	
Capítulo XIX — DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JUDICIAL	
I — Introdução	912
II — Princípio da legalidade	914
III — Vinculação e discricionariedade	915
Mérito do ato, 918	
IV — Fundamentos da discricionariedade	919
V — Estrutura lógico-normativa da discricionariedade	922
VI — Conceito de discricionariedade	926
VII — Limites da discricionariedade	926
VIII — Extensão do controle judicial	931
a) Exame dos motivos, 931; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 933; c) Exame da causa do ato, 936	

IX	— Relatividade da competência discricionária	937
X	— Conclusão	943

**Capítulo XX — RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL
EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR
COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS**

I	— Introdução	947
II	— Responsabilidade e sacrifício de direito	948
III	— Originalidade da responsabilidade pública	950
IV	— A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito	953
V	— Evolução da responsabilidade por atos administrativos	954
	a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 954; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 956; c) Respon- sabilidade subjetiva do Estado, 956; d) Responsabilidade objetiva do Estado, 959	
VI	— Fundamentos da responsabilidade do Estado	960
VII	— Questões capitais sobre a responsabilidade estatal	961
VIII	— Os sujeitos que comprometem o Estado	961
IX	— Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade	963
	a) Danos por ação do Estado, 964; b) Danos por omissão do Estado, 966; c) Danos dependentes de situação produ- zida pelo Estado diretamente propiciatória, 971	
X	— O dano indenizável	974
XI	— Excludentes da responsabilidade do Estado	977
XII	— A responsabilidade do Estado no Brasil	
	a) Introdução, 979; b) Evolução normativa da responsa- bilidade do Estado no Brasil, 981; c) Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 984; d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros, 987; e) Responsabilidade estatal na jurispru- dência brasileira, 989; f) A forma de efetivação da res- ponsabilidade do Estado, 992	

**Capítulo XXI — A PRESCRIÇÃO NO DIREITO
ADMINISTRATIVO**

I	— Prescrição, decadência e preclusão	995
II	— Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa	997

III	— <i>Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público</i>	998
IV	— <i>Pretensões da Administração contra o administrado</i>	1001
V	— <i>“Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação</i>	1001
VI	— <i>Prescrição das ações judiciais contra o administrado</i>	1003
ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES		1006
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		1011